

A EDIFICAÇÃO DA REALIDADE

“O interesse sociológico nas questões da ‘realidade’ e do ‘conhecimento’ justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua relatividade social. O que é ‘real’ para um monge tibetano pode não ser ‘real’ para um homem de negócios americano. O ‘conhecimento’ do criminoso é diferente do ‘conhecimento’ do criminalista.”

(P. Berger e T. Luckmann)

No primeiro parágrafo do capítulo introdutório foi feita a seguinte afirmação: o real é o terreno firme que pisamos em nosso cotidiano. Agora será preciso que se parta desta asserção, procurando compreendê-la dentro de um contexto mais específico.

Todos temos consciência, de uma maneira ou de outra, de que o mundo apresenta realidades

múltiplas, isto é, que há zonas distintas de significação. Frequentemente passamos de uma a outra dessas realidades e sabemos que cada uma delas exige-nos uma forma específica de pensamento e ação, que cada uma deve ser vivida de maneira peculiar. Quando saímos do cinema ou quando acordamos de um sonho, por exemplo, experimentamos a passagem de uma a outra dessas áreas distintas da realidade. O filme (a arte) e o mundo onírico apresentam-nos elementos que nossa consciência não mistura nem confunde com aqueles provenientes da vida cotidiana.

Como já afirmado anteriormente, a vida cotidiana à qual retornamos sempre é considerada por nós a realidade por excelência, a realidade predominante. Nosso cotidiano é o mundo estável e ordenado no qual nos movemos desembaraçadamente, devido à sua constância e à segurança que o conhecimento de que dispomos sobre ele nos dá.

Porém, mesmo o cotidiano não consiste num bloco monolítico de realidade: nele há também zonas mais próximas ou distantes de minha consciência. A realidade que me é mais palpável, aquela na qual tenho maior segurança, diz respeito ao mundo que se acha ao alcance de minhas mãos: mundo no qual atuo, trabalhando para alterá-lo ou conservá-lo. Aqui subjazem em minha consciência motivos essencialmente pragmáticos, ou seja, minha atenção se prende àquilo que estou fazendo, fiz ou pretendo fazer. A interpretação da realidade

cotidiana fundamenta-se em propósitos práticos, propósitos que, em última análise, têm a ver com a nossa sobrevivência.

A partir dessa região mais clara e evidente de nosso dia-a-dia, outras vão se sucedendo e, à medida que se afastam de nossa possibilidade de manipulação, tornam-se mais obscuras. Por exemplo: uma pessoa todo dia ao dirigir-se para o trabalho, cruza a ponte sobre o rio que corta a cidade. De lá vê pescadores em suas margens, com os caniços nas mãos. Nunca tendo pescado, desconhece as técnicas da pesca e, mais especificamente, desconhece aquele rio em particular: os tipos de peixe que existem ali, os melhores lugares para apanhá-los, as iscas que devem ser empregadas, etc. O rio e a pesca fazem parte de seu cotidiano, mas estão localizados numa área de realidade merros conhecida e manipulável do que a ocupada pelo seu trabalho no escritório.

Da mesma forma o terreiro de umbanda que este mesmo indivíduo vê às vezes em seus passeios. Ao passar pela sua porta ouve o som ritmado dos rituais, mas desconhece totalmente como eles se processam e o que se passa lá dentro. Esta é, para ele, uma zona de realidade ainda mais obscura e distante do que aquela ocupada pelo rio e os pescadores.

O setor da realidade que me é mais claro e conhecido pode ser chamado de "não-problemático". Ali o meu conhecimento me habilita a viver

de maneira mais ou menos "mecânica", no sentido de não serem necessários novos conhecimentos ou novas habilidades para resolver as pequenas questões surgidas. Se, contudo, um problema inusitado aparece neste cotidiano, procuro resolvê-lo a partir do conhecimento já cristalizado pelo meu dia-a-dia, buscando integrar esta nova realidade problemática àquela não-problemática.

Diariamente, por exemplo, tomo determinado ônibus para chegar ao meu local de trabalho. Mas um dia uma greve dos motoristas daquela companhia gera-me um problema que me obriga a sair da rotina a fim de resolvê-lo. Busco então saber se outras companhias que não estão em greve têm linhas que me servem, ou se há colegas de trabalho na região onde moro que estejam dispostos a dividir um táxi comigo. O problema me obriga a procurar um novo conhecimento, que se integra então ao meu cotidiano já conhecido.

Como a vida cotidiana é dominada pelo espírito pragmático, a maioria dos conhecimentos de que dispomos para atuar nesta esfera é do tipo "receita". Ou seja: conhecimentos que me dizem como devo proceder para alcançar tais e tais propósitos determinados. Não se colocam aqui os "porquês", mas essencialmente o "como". Sei como utilizar o telefone, mas não por que, ao discar um certo número, meu amigo atende do outro lado da linha. Sei como ligar e sintonizar a TV, mas não posso explicar o fato de a imagem e

o som saírem das estações transmissoras e serem captados pelo meu aparelho receptor. Assim, move-mo-nos em nosso dia-a-dia baseados em conhecimentos práticos que não são questionados nem colocados em dúvida, a menos que um fato novo não possa ser resolvido nem explicado por eles.

Sendo nosso cotidiano considerado a realidade predominante, a linguagem que utilizamos nesta esfera da vida, com seus conceitos e "fórmulas", tende a ser também o nosso meio lingüístico predominante. Nossa interpretação do mundo fundamenta-se nesta linguagem: procuramos sempre compreender outras esferas da realidade a partir dela. As experiências que vivenciamos em outros campos de significação delimitados (como a arte e os sonhos) são por nós "traduzidas" para esta linguagem rotineira. Ao proceder assim é inevitável que ocorra uma certa "distorção" dos significados provenientes dessas outras áreas, na medida em que eles somente são expressos em sua plenitude através dos códigos que lhes são específicos.

Isto é facilmente verificável, por exemplo, numa exposição de artes plásticas, especialmente em se tratando da chamada "arte abstrata". O público não afeito aos códigos estéticos deste tipo de expressão fica, em geral, procurando encontrar nas obras formas e contornos que lhes são conhecidos: um animal, um rosto, uma árvore, etc. Fica buscando traduzir uma realidade um tanto obscura

naquela que lhe é conhecida e rotineira.

Estes outros campos de significação, portanto, são espécies de parênteses que se abrem dentro da realidade predominante, a da vida cotidiana. São "enclaves" que apresentam seus modos próprios de significação, o que vale dizer, de realidade. É sempre necessário um certo "esforço" para nos desligarmos da realidade cotidiana e penetrarmos nesses outros setores: é preciso que se abandone a linguagem e a visão rotineira do mundo. Anteriormente foram citados como exemplos desses "enclaves" a arte e a esfera onírica. Mas é preciso que se note que também as experiências religiosas (místicas), assim como o pensamento "teórico" (a filosofia e a ciência), fazem parte desses campos limitados de significação.

A questão científica será abordada no último capítulo, mas para que este ponto fique claro aqui, basta que se anote dois exemplos. Em sua vida diária o químico que utiliza a água para beber, tomar banho, nadar ou regar o seu jardim percebe-a como fresca, límpida, suja, convidativa, etc. Passa a pensar nela como H_2O apenas quando, em seu laboratório, realiza suas experiências científicas. Ou então o cientista social que, em seu escritório, estuda os reflexos da má distribuição de renda na formação de uma população marginal. Ao ser roubado por um "trombadinha" na rua, reage como qualquer pessoa, independente de sua compreensão teórica do fato.

A realidade preponderante é sempre a do dia-a-dia, e já foi afirmado que mesmo esta realidade possui uma região que é mais clara e evidente (aquela ao alcance de nossa manipulação). À medida que me afasto desta esfera, meus conhecimentos vão se tornando mais obscuros e nebulosos, como se a totalidade do mundo fosse uma região de penumbra da qual se destaca a zona mais iluminada do cotidiano. Sei que existem os pescadores e suas técnicas logo ali, mas ignoro este conhecimento que lhes é peculiar. Sei que existem terreiros de umbanda, e ignoro ainda mais o seu modo de funcionamento. E sei, num caso extremo, que os norte-americanos chegaram à Lua, porém todo o processo envolvido nesta viagem me é totalmente ignorado.

Percebe-se, desta forma, que existe um cabedal de conhecimentos que é socialmente distribuído. Meu saber habilita-me a viver o meu dia-a-dia e, à medida que determinadas zonas da realidade se afastam do meu cotidiano, o conhecimento de que disponho sobre elas torna-se mais e mais esquemático. Há esferas do real cujo domínio pertence apenas a pessoas altamente especializadas e que, estando distantes de nossa manipulação, são-nos totalmente obscuras. Se é impossível conhecermos tudo o que outros conhecem, todavia é importante que saibamos como o conhecimento está distribuído pela sociedade, ao menos em linhas gerais.

Ou seja: é preciso que tenhamos em mente a

quem devemos recorrer quando um determinado fato nos obriga a buscar um saber específico. Por exemplo: não sei como funciona o meu televisor, mas devo saber a quem tenho de recorrer quando ele apresenta algum defeito. Não sei como me curar de uma doença que me acomete, mas sei como fazer para consultar um médico que poderá me tratar. Assim, o saber de como o saber está repartido pelo corpo social onde vivemos é um dos mais importantes conhecimentos de que dispomos, possibilitando-nos que penetremos naquelas esferas que estão distantes de nosso cotidiano.

Em nossas modernas sociedades, tendo o conhecimento se especializado em graus altamente específicos, às vezes é necessário que recorramos a profissionais que nos indiquem quais outros profissionais podem resolver o nosso problema. Consultamos primeiramente um "clínico geral", e ele nos encaminha ao médico especialista naquele tipo de enfermidade que nos acomete. Recorremos a um amigo despachante, e ele nos indica os passos que devemos dar e as repartições públicas que temos de percorrer para legalizarmos a compra de um imóvel.

Migrantes que provêm do meio rural ou de pequenos vilarejos, ao se defrontarem com uma metrópole freqüentemente sofrem um sério abalo justamente por penetrarem numa realidade extremamente complexa sem disporem de uma visão de como o conhecimento está ali distribuído. É

comum ouvir-se deles afirmações como: "vim para cá a fim de encontrar-me com meu amigo fulano e pensei que, perguntando, todo mundo soubesse onde ele mora", ou ainda "pensei que bastava ficar na pracinha da igreja no domingo para me encontrar com ele, saindo da missa". O esquema de realidade trazido por eles de seus locais de origem deixa de funcionar nesta nova realidade, torna-se inoperante.

A partir do exposto nestas últimas páginas você pode perceber que a realidade não é simplesmente construída, mas socialmente edificada. A construção da realidade é um processo fundamentalmente social: são comunidades humanas que produzem o conhecimento de que necessitam, distribuem-no entre os seus membros e, assim, edificam a sua realidade. Ao longo das páginas seguintes esse aspecto social da construção da realidade irá se tornando mais claro. Sigamos com o nosso raciocínio.

Como foi visto, a construção da realidade depende da maneira como o conhecimento é disposto na sociedade, o que fornece a ela uma certa estrutura. A estrutura social é basicamente construída sobre a gama de conhecimentos de que se dispõe socialmente, entendendo-se conhecimento aí não apenas em seu sentido "teórico", mas também "prático"; o acervo de conhecimentos vai desde as fórmulas manipuladas pelos cientistas até o saber necessário para se assentar as pedras de um calçamento, por exemplo. A distribuição do

conhecimento é também a distribuição do trabalho.

Esta estrutura social está assentada no cotidiano das pessoas sobre um processo denominado *tipificação*, processo este que impõe padrões de interação entre os indivíduos. Ou seja: percebemos o outro com o qual interagimos sempre a partir de determinadas "classificações", que os colocam dentro de certos "tipos". Assim, vejo meu interlocutor, por exemplo, como "homem", "brasileiro", "comerciante", "brincalhão", "casado", etc. Apreendemos os outros a partir desses esquemas de tipos existentes em nossa sociedade, esquemas estes que padronizam nossas interações, contribuindo para a estabilidade da realidade cotidiana.

Não apenas o outro é apreendido como um tipo, mas também as situações nas quais interagimos são tipificadas. Há por exemplo a relação típica de "compra e venda", a de "consulta médica", a de "professor-aluno", etc. Em cada uma delas sabemos de antemão quais são os comportamentos adequados ou não, e o que podemos esperar do outro em termos de atitudes típicas.

Nas interações ditas "face a face", especialmente em contatos mais íntimos, esses padrões tipificadores são mais fluidos. Junto àqueles que fazem parte de meu "círculo íntimo" há uma maior liberdade e espontaneidade na minha ação, que não se prende rigidamente às tipificações. À medida, porém, que minhas relações vão se afastando do "aqui e agora" os esquemas tipificadores tornam-se

mais fortes e atuantes. No outro pólo deste contínuo de relações encontram-se aquelas situações onde os outros se apresentam como abstrações inteiramente anônimas. Se escrevo uma carta ao gerente comercial de uma determinada firma solicitando-lhe catálogos e listas de preços de seus produtos, por exemplo, ele se apresenta a mim especificamente como "gerente comercial": um tipo esquemático sem qualquer sinal de individualidade ou traços de personalidade.

Assim, apreendemos a realidade social da vida cotidiana como um contínuo de tipificações, que vai desde as situações face a face até aquelas abstratas e anônimas onde o outro é tão-somente um tipo. A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões de interação produzidos por elas. A construção social da realidade depende, pois, fundamentalmente de uma estrutura social estabelecida e conhecida (ao menos em suas linhas gerais) pelos seus membros. É esta estrutura relativamente estável que permite que os indivíduos se movimentem com desembaraço dentro da realidade cotidiana.

Falando das tipificações e da estrutura social delas decorrente estamos nos referindo também à formação de hábitos, isto é, nossos comportamentos e ações apenas podem tornar-se habituais (e portanto conhecidos e previsíveis) se houver uma certa rotina padronizada. Se a cada passo estivéssemos tateando num meio novo e impre-

visível seria impossível adquirirmos uma visão estável do mundo, seria impossível a construção da realidade: estaria implantado o caos. O real a que nos habituamos na vida cotidiana depende desta ordem e de seus padrões de interação humana, o que nos garante a formação de hábitos e rotinas.

Posto este conceito de tipificação e da estrutura social que dele se deriva podemos abordar agora a questão da institucionalização, ou seja, das instituições criadas na e pela sociedade. A institucionalização nada mais é que uma decorrência da tipificação recíproca entre pessoas em interação, de forma que tal tipificação seja percebida por outros de maneira objetiva, ou seja, constituindo *papéis* que podem ser desempenhados por outras pessoas. Melhor dizendo: na medida em que certas ações adquirem um padrão, com base nas tipificações, essas ações podem vir a ser executadas por diversos outros indivíduos da mesma maneira. A instituição significa o estabelecimento de padrões de comportamento na execução de determinadas tarefas, padrões estes que vão sendo transmitidos a sucessivas gerações.

Imaginemos dois indivíduos que sofrem um acidente de avião e caem em meio à selva. Escapando ilesos, logo iniciam uma série de procedimentos que lhes permitam sobreviver e serem localizados pelas equipes de salvamento. O piloto, pelo seu conhecimento de como usar a bússula e outras formas de orientação, sai explorando os

arredores e fazendo sinais nas clareiras próximas. O passageiro, sendo um caçador, incumbe-se de providenciar a alimentação de que necessitam. Toda manhã ambos saem para suas tarefas específicas, e eventualmente observam-se mutuamente a realizá-las. Cada um passa então a tipificar o comportamento do outro, isto é, passa a estabelecer para si próprio um modelo de como se realiza esta ou aquela tarefa executada pelo companheiro. Cada um aprende a seqüência de procedimentos necessários para a orientação ou a caça, podendo vir a desempenhar o papel de caçador ou sinalizador se houver necessidade.

O que aconteceu aqui? O mais importante é que os comportamentos de ambos tornaram-se padronizados e, portanto, previsíveis para o outro. O sinalizador sabe que o caçador, depois de armar o laço, deverá cobri-lo com folhas e gravetos, e o caçador por sua vez sabe que o sinalizador, depois de atear fogo em galhos secos, colocará folhas verdes na fogueira para produzir fumaça.

Neste exemplo ainda não existe uma instituição no sentido exato do termo, mas apenas o germen dela. Não há uma instituição por não haver outros indivíduos que percebam "de fora" como os dois realizam suas tarefas; por não haver quem os perceba como executantes de determinados papéis dentro daquele contexto, e que possam vir a substituí-los naquela "organização". A medida, porém, que esta organização devesse ser transmi-

tida a novas gerações, ela se tornaria uma instituição. Os aprendizes perceberiam a instituição "caça-sinalização" como algo objetivo, como uma realidade dada, já pronta, que exige tais e tais comportamentos de seus membros.

Note que os dois sobreviventes construíram juntos o seu mundo, a sua realidade ali na selva. Ela foi estabelecida pela divisão de tarefas e conseqüente tipificação recíproca. Ambos sabem que esta sua incipiente instituição foi criada por eles e que pode ser alterada a qualquer momento, se necessário. Percebem-se como executantes de papéis cujo *script* foi elaborado por eles mesmos.

Mas imaginemos agora que os dois encontrem por ali duas crianças (únicas sobreviventes de uma tribo da redondeza — façamos um pouco de literatura). Essas crianças são adotadas por eles e tornam-se aprendizes de suas tarefas. Passam a aprender a executar os papéis que os adultos cumprem em sua instituição de caça-sinalização. Esta realidade será então apreendida pelos meninos como algo objetivo, algo não criado por aqueles homens. Se, por exemplo, o sinalizador sempre que acende a sua fogueira faz uma figa com a mão esquerda e olha para o céu, provavelmente seu aprendiz passará, no futuro, a fazer exatamente da mesma forma, pois este comportamento é aprendido como necessário à manutenção da instituição. Isto será feito não por qualquer eficácia daí decorrente, mas porque "é assim que se faz", isso é "o que a

instituição exige”.

Este exemplo quase simplista tem a finalidade de colocar um ponto de fundamental importância na compreensão de como se edifica socialmente a realidade. As instituições têm sempre uma origem histórica, ou seja, surgiram com uma finalidade específica, tendo sido criadas desta ou daquela maneira pelos seus iniciadores. Contudo, na medida em que são transmitidas às gerações posteriores elas se “cristalizam”, quer dizer, passam a ser percebidas como independentes dos indivíduos que as mantêm. Os papéis exigidos por elas podem ser preenchidos por qualquer um, já que estão estabelecidos e não podem variar segundo vontades individuais. As instituições passam a ser percebidas como estando acima dos homens, passam a ter uma espécie de vida independente.

É como se as instituições tivessem uma realidade própria, cuja existência não mais é percebida como criação humana. Elas adquirem uma objetividade, uma solidez de coisa dada. É extremamente difícil para os indivíduos perceberem que a estrutura social onde vivem é assim porque os homens a fizeram e a mantêm assim. Ela se apresenta a nós sempre como uma coisa objetiva: afinal, estava aí antes de nascermos e continuará depois de nossa morte.

Este fenômeno é chamado de *reificação*, nome derivado da palavra latina *res*, que significa “coisa”. A realidade, construída socialmente, é sempre

reificada, ou seja, transformada em coisa: adquire o mesmo estatuto das coisas naturais, dos objetos físicos. Neste sentido é que a institucionalização, sobre a qual se edifica a realidade, possui em si um controle social: ao ser percebida como algo dado, estabelecido, evita que os indivíduos procurem alterá-la. A instituição é soberana, os homens devem adaptar-se a ela, cumprindo os papéis já estabelecidos. Quem já não ouviu uma frase como: "pessoalmente não queria fazer isso, mas tive de fazê-lo porque a instituição o exige"?

Tome-se o casamento, por exemplo, como uma instituição arraigada em nossa cultura. Apesar de ele vir sofrendo questionamentos e alterações, e de apresentar pequenas diferenças em alguns outros países, sua essência se mantém para a grande maioria da população. Em relação a ele é bastante freqüente ouvirmos afirmações como: "se dependesse de mim eu não teria me casado dessa maneira tradicional, em igreja e cartório, porém não tive escolha, era a única forma aceita socialmente"; ou ainda: "eu não escolhi me casar, tudo já estava preparado desde o meu nascimento para que eu me casasse". A grande maioria da população, pelo menos aparentemente, crê que a única forma "correta", "ética", "direita", de um relacionamento amoroso entre homem e mulher ocorrer é através dos papéis de marido e de esposa que a instituição exige. Todavia, se tomarmos outras culturas, especialmente aquelas ditas "primitivas",

veremos que este relacionamento ocorre institucionalmente de maneiras as mais variadas: suas realidades são construídas de modos diferentes.

Esta é a estranha dialética que rege o mundo humano: o homem cria sua realidade através das instituições, que lhe dão uma estrutura social, mas passa então a ser "condicionado" por tais instituições. O poeta Vinícius de Moraes anota esteticamente este ponto ao dizer: "Mas ele desconhecia / Este fato extraordinário / Que o operário faz a coisa / E a coisa faz o operário."

A realidade, socialmente edificada através da institucionalização, por este jogo dialético da reificação apresenta-se então aos homens como um dado objetivo e coercitivo, que lhes determina a consciência. Em linhas gerais pode-se notar que este processo possui três momentos: 1) a conduta humana é tipificada e padronizada em papéis, o que implica o estabelecimento das instituições (a realidade social é um produto humano); 2) a realidade é objetivada, ou seja, percebida como possuindo vida própria (o produto — a realidade — "desliga-se" de seu produtor — o homem); 3) esta realidade tornada objetiva determina a seguir a consciência dos homens, no curso da socialização, isto é, no processo de aprendizagem do mundo por que passam as novas gerações (o homem torna-se produto daquilo que ele próprio produziu).

É preciso que se entenda claramente esta dialética

que perfaz o mundo social humano, em suas três fases distintas, a fim de que não se fique com uma visão simplificada e mecanicista do processo. Nossa consciência é determinada socialmente, ou seja, as instituições e padrões de conduta delas decorrentes exercem sobre nós um efeito "educativo", condicionando-nos para a vida em sociedade. Porém, sendo tais instituições criadas e mantidas por nós, elas são passíveis de sofrerem mudanças e alterações através de esforços deliberados neste sentido (se assim não fosse não haveria a história). A palavra "esforço", aí, é empregada em sua mais ampla acepção, pois que, como já visto, nossa consciência requer um certo trabalho para "desligar-se" das condições que a determinam, pensando-as e procurando compreendê-las "de fora". Ao se fazer ciência e filosofia, por exemplo, o esforço requerido à consciência é justamente o de procurar desligar-se o máximo possível das concepções cotidianas da realidade, refletindo sobre as condições e processos em que tais concepções são erigidas.

Resta-nos, porém, considerar um dado fundamental neste mecanismo de construção da realidade através das instituições sociais. Trata-se da ação do sistema lingüístico, ferramenta básica na criação do mundo humano, como exposto no capítulo anterior. Ao serem estabelecidas, as instituições são sempre acompanhadas de um correspondente esquema explicativo e normativo

que, por meio da linguagem, conceitua-as e determina regras para o seu funcionamento. A isto chama-se de *legitimação*. As instituições são legitimadas por meio da linguagem: as razões de sua existência são traçadas e transmitidas conceitualmente (vale dizer, lingüisticamente), bem como as normas para o seu funcionamento.

Essas normas, dentro da realidade da vida cotidiana, assumem aquele caráter de “receita” já referido, ou seja, para penetrarmos e nos movermos dentro de tal instituição devemos proceder desta ou daquela forma, segundo os seus preceitos pragmáticos. ⁽¹⁾ O primeiro conhecimento que temos, relativo à ordem institucional, está situado a nível pré-teórico, no sentido de não ser um conhecimento elaborado mais abstratamente em torno dos “porquês”, e sim praticamente com relação ao “como”. Se desejo legalizar a compra de um imóvel, por exemplo, sei que devo dirigir-me a um cartório de registro de imóveis a fim de passar uma escritura — este é o conhecimento pragmático de que disponho, num primeiro nível.

⁽²⁾ O segundo nível de legitimação contém proposições teóricas, mas ainda em forma rudimentar. Aqui estão presentes alguns esquemas explicativos que podem relacionar o conhecimento pragmático referente a diversas instituições, integrando-os entre si. Se me perguntam por que ao comprar o imóvel devo registrá-lo em meu nome, posso

responder que isso assegura perante a lei que sou o seu legítimo dono, e ainda que os poderes públicos necessitam desses registros a fim de cobrar os impostos devidos aos cidadãos.

2. No terceiro nível de legitimação encontram-se teorias explícitas que legitimam uma instituição em termos de um corpo diferenciado de conhecimentos, isto é, conhecimentos específicos e com um nível maior de abstração. Possuem um grau mais elevado de complexidade e estão entregues a especialistas naquele setor institucional. Para se adquirir este conhecimento faz-se necessário um aprendizado formal do assunto. No exemplo anterior da compra do imóvel, há todo um conhecimento a respeito de leis e normas jurídicas que regulam a matéria e que são de domínio dos donos e funcionários dos cartórios, bem como de advogados. É a estes especialistas que devemos recorrer no caso de uma questão referente à regularização desta situação que não pode ser resolvida com o conhecimento pragmático de que dispomos.

3. O quarto e último nível de legitimação da ordem institucional denomina-se *universo simbólico*. O universo simbólico consiste num corpo teórico de conhecimentos que busca uma integração entre os diferentes setores de uma dada ordem institucional num esquema lógico e consistente. Neste nível procura-se essencialmente os porquês, sem qualquer vestígio de pragmatismo. Quer dizer:

o universo simbólico compõe-se de teorias que justificam e explicam o porquê de uma instituição existir e em que se fundamenta o seu funcionamento, sem nenhuma alusão aos esquemas práticos de seu dia-a-dia. Também ele está a cargo de especialistas e depende de um processo formal para a sua aprendizagem.

Voltando ao nosso exemplo, encontramos juristas que podem nos explicar teoricamente como se estruturam as leis de uma nação, dentre as quais acham-se aquelas que dispõem sobre a propriedade privada. Além disso um filósofo poderia discutir as origens de tais propriedades na história humana, mostrando, por exemplo, como a partir delas surge todo um sistema de dominação e exploração do trabalho através da luta de classes. Note porém que nenhuma dessas teorias nos fornecem receitas de como devemos proceder para legalizarmos a compra que fizemos: não existem alusões à vida cotidiana no universo simbólico.

Antes de serem discutidos alguns outros aspectos com relação aos universos simbólicos convém que se aponte alguns pontos relevantes a respeito da legitimação institucional.

Primeiramente deve-se notar que a lógica (ou a coerência) não reside nas instituições e em seu funcionamento, mas na maneira como elas são tratadas na reflexão e pensamento dos homens. Quer dizer: as instituições ganham um sentido e

uma (aparente) coerência ao serem legitimadas, vale dizer, ao serem pensadas e explicitadas através da linguagem. Muitas vezes os porquês da existência de uma instituição e o seu modo de funcionamento, tal como são verbalizados e transmitidos às novas gerações, são diversos dos motivos reais que a fazem existir e operar. A linguagem cria uma lógica e uma explicação, imprimindo-as então à instituição, e nós, pelo processo de reificação já descrito, acreditamos que esta legitimação provenha da organização institucional mesma.

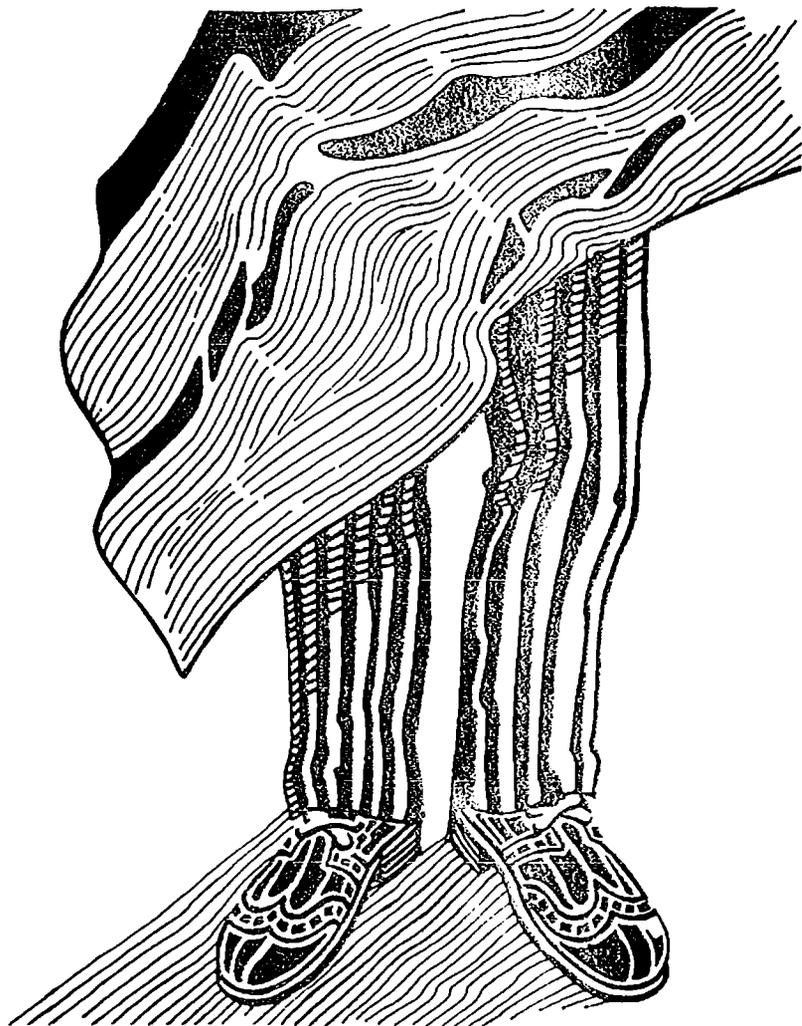
Este fato, quando ocorre de maneira que a explicação lingüística seja diferente (ou mesmo radicalmente inversa) dos reais motivos das instituições, recebe o nome de *ideologia*. Dito mais claramente: a ideologia é uma explicação com respeito a instituições e fatos sociais que esconde seus verdadeiros porquês. A ideologia é uma legitimação a qual, mais do que aclarar as motivações intrínsecas às instituições, procura ocultá-las através de um sistema explicativo qualquer. Quase sempre a ideologia serve aos interesses de determinados grupos sociais ao esconder a realidade das instituições e criar-lhes uma outra através da palavra, mesmo que esses grupos não tenham consciência disso. Uma discussão mais ampla a respeito desta questão fugiria dos limites deste texto, mas ela fica aqui anotada como um processo importante na construção social da realidade.

Como desdobramento deste fato convém notar-

mos que a legitimação não só pode criar explicações para a existência e funcionamento da ordem institucional como também inventar uma origem histórica para ela. Ou seja: ao longo da história as origens de uma determinada instituição podem ser recriadas pelo processo lingüístico que a acompanha, gerando tradições, lendas e mitos em torno de suas origens.

Alguns exemplos deixarão mais claros estes três últimos parágrafos. É comum ouvir-se que os pobres só são pobres porque não se esforçam e não trabalham o suficiente para progredirem e, assim, ascenderem socialmente. Esta idéia esconde o fato de que nossas sociedades capitalistas são estruturadas de maneira a garantir que as classes economicamente inferiorizadas assim permaneçam, mantendo-se a divisão de classes; tal asserção ("os pobres são preguiçosos") retira desta divisão de classes (baseada na propriedade privada) a causa da pobreza, colocando-a sobre o ombro dos indivíduos, isto é: o que é efeito torna-se causa, invertendo-se a relação através da ideologia.

Outro exemplo. Na Igreja católica afirma-se que a instituição do celibato para religiosos foi criada a fim de que estes pudessem dedicar todo o seu tempo ao trabalho, sem preocupações com uma família. Contudo, sabe-se que o celibato foi instituído quando a Igreja corria o risco de ver seu capital dispersar-se, caso os religiosos se casassem e tivessem suas posses transferidas a



... a ideologia é uma explicação com respeito a instituições e fatos sociais que esconde seus verdadeiros porquês.

herdeiros. O celibato como proteção do trabalho é uma origem inventada posteriormente.

Mas já é tempo de se voltar ao universo simbólico — o nível mais alto de legitimação —, onde as construções teóricas estão totalmente distantes da realidade pragmática do cotidiano. A função do universo simbólico consiste em integrar num corpo único de conhecimentos (numa teoria) todas as experiências possíveis dentro de uma instituição ou de um conjunto de instituições (uma sociedade). Através do universo simbólico pode-se explicar quaisquer fatos ocorridos dentro daquela realidade em termos dos significados que este universo provê.

De certa maneira os universos simbólicos, ou mecanismos conceituais de integração e explicação da realidade, pertencem a um desses quatro tipos: mitológicos, teológicos, filosóficos ou científicos. Ao contrário dos universos simbólicos mitológicos, os outros três são de propriedade de elites de especialistas, cujos corpos de conhecimentos estão afastados do conhecimento comum da sociedade. É a eles a quem o "leigo" deve recorrer no caso de não conseguir interpretar e integrar em seu conhecimento cotidiano uma determinada experiência por ele vivida ou presenciada.

Os universos simbólicos (ou teorias) são criados para legitimarem, num nível genérico, as instituições sociais já existentes, encontrando-lhes explicações e integrando-as num todo significativo. Porém, o inverso também pode ser verdadeiro; quer dizer:

instituições sociais podem vir a ser modificadas a fim de se conformarem com teorias já construídas, tornando-as assim mais "legítimas". Esta é então a essência da dialética que rege as transformações sociais, onde alterações na prática cotidiana das instituições obrigam a mudanças nas teorias, mas também mudanças nas teorias levam a alterações na prática institucional. Privilegiar um dos dois sentidos deste fluxo de alterações é romper com a compreensão dialética da história. Em resumo: transformações objetivas nas instituições (que alguns diriam, na infra-estrutura social) conduzem a transformações no corpo de conhecimentos, nas idéias (que alguns diriam, na super-estrutura social), e vice-versa.

É preciso notar-se assim o poder realizador das teorias, isto é, sua capacidade potencial de tornar reais os seus conceitos, no sentido de fazê-los retornar, do universo simbólico onde foram produzidos, à vida cotidiana dos indivíduos. Isto é particularmente verificável no âmbito das ciências humanas, especialmente no da psicologia. Por exemplo: depois da psicanálise de Freud, grande parte de seus conceitos se incorporaram à linguagem cotidiana das pessoas, que passaram então a perceber em si mesmas e nos outros as manifestações de tais conceitos, tornando-os "reais" em seu dia-a-dia.

Para concluir este capítulo convém notarmos que em nossas modernas sociedades, ditas plura-

listas, ocorre a existência de inúmeros universos simbólicos que coexistem pacificamente ou mesmo se entrecrocaram. Cada grupo de "especialistas" tende a ter uma perspectiva sobre a sociedade (isto é, sobre a realidade) a partir de seu universo simbólico particular. Isto torna extremamente difícil o estabelecimento de uma cobertura simbólica estável e válida para a sociedade inteira, tal como encontrada nas sociedades "primitivas". O que parece ocorrer é a existência de um universo simbólico mais alargado e vago sobre o qual todos concordam, e cujas falhas ou deficiências são supridas pela conceitualização proveniente dos universos parciais mais especializados.

Esta situação pluralista é, inclusive, o que torna mais rápidas e mais fáceis as mudanças sociais, por não haver um único universo simbólico estável e estabelecido regendo toda e qualquer experiência no interior da sociedade. O pluralismo da civilização acelerou as transformações e, de certa forma, obrigou o desenvolvimento de uma tolerância maior entre os grupos que apresentam diferenças em suas visões da realidade.

Como última afirmação é interessante que você perceba o que estamos fazendo neste pequeno texto. Na medida em que estamos pensando nos mecanismos de construção da realidade, desde as tipificações até os universos simbólicos, estamos elaborando uma teoria sobre as teorias. Melhor dizendo: ao construirmos uma conceitualização sobre

o funcionamento das estruturas sociais e os universos simbólicos delas decorrentes estamos, por assim dizer, construindo uma legitimação de segundo grau. Uma legitimação que, em última análise, procura explicar o funcionamento do mais alto nível de legitimação da realidade social: o universo simbólico. Ao refletirmos sobre como a realidade é edificada estamos construindo também uma realidade conceitual que pretende legitimar o processo todo.